



FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO
PAULO

Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas

Maria das Dores Loiola Bruni
Fábio Pereira de Andrade - Tutor

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE
DE SALVADOR**

São Paulo
2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
DE SÃO PAULO

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE
DE SALVADOR

Maria das Dores Loiola BRUNI

São Paulo
2014

Autora: Maria das Dores Loiola Bruni

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE
DE SALVADOR**

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor(a):

Assinatura:

Professor(a):

Assinatura:

Professor(a):

Assinatura:

Data da Aprovação: ____/____/2014.

DEDICATÓRIA

*Ao meu companheiro Bruni, às minhas filhas
Luciana, Ana Paula e Adriana e aos meus netos
Malú, Gui, José e Gabi – razão de ser de todo esse
esforço a essa altura do campeonato.*

RESUMO

O contingente de seres humanos vivendo nas ruas das cidades brasileiras é um desafio para governantes e estudiosos. A partir de uma radiografia da Cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, constatou-se um dado social presente no seu dia a dia e que reclama por uma ação governamental eficiente e eficaz. Isso pressupõe enxergar o problema, reconhecê-lo e implantar uma política social efetiva, capaz de reconduzir estes sujeitos à cidadania, possibilitando-lhes o retorno à família e à vida em sociedade. Para colaborar com esta ação, e estando apoiado na prerrogativa constitucional assegurada no Sistema Único da Assistência Social brasileiro, a política de intervenção social aqui apresentada tem como premissa fundamental substituir a prática “higienista”, que tem sido adotada historicamente nas gestões da cidade. Isso pressupõe a adoção de processos intersetoriais e interdisciplinares articulados que reconheçam cada homem e cada mulher em situação de rua como seres integrais, possuidores de histórias e culturas, portanto, merecedores de uma vida com dignidade. Os resultados esperados vão da maior proatividade do Sistema Único da Assistência Social, através dos CRAS, CREAS e Centros POP, à reintegração familiar e social dos beneficiários.

Palavras-chave: Cidadania. Prática higienista. Proatividade. Processos intersetoriais e interdisciplinares.

ABSTRACT

The homeless population living on Brazilian cities streets is a major challenge for government and researchers. An outlook of Salvador, Brazil's first capital, shows this social problem day by day which demands an efficient and effective governmental action. This implicates in, visualize, recognize and implement an effective and efficient social policy, able to restore family and social relationships, leading to complete citizenship. As a collaborative action for the Sistema Único da Assistência Social, the social policy presented here is strictly based on replacing the hygienist policy adopted by governments historically. This presupposes the adoption of articulated intersectorial and interdisciplinary actions which recognizes these relegated homeless population as integral human being deserving a life of dignity. The expected results are a higher proactive government, through the National System of Social Assistance, comprising the Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) and Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centros POP), leading to family and social reintegration of the beneficiaries.

Keywords: Citizenship. Hygienist practice. Proactivity. Intersectorial and interdisciplinary processes.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA | 9 |
| 2.1 | ESTADO DA ARTE | 11 |
| 2.1.1 | Perfil do segmento | 11 |
| 2.1.2 | Segregação espacial e direito à cidade | 14 |
| 3 | MARCO TEÓRICO | 15 |
| 4 | NEGAÇÃO DE DIREITOS: um empurrão para a exclusão | 17 |
| 5 | PROCESSOS E METODOLOGIA DE TRABALHO | 19 |
| 5.1 | ABORDAGEM DE RUA | 19 |
| 5.2 | UNIDADES DE OFERTA DE SERVIÇOS | 20 |
| 6 | PROPOSTA | 21 |
| 6.1 | INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP | 21 |
| 6.2 | RECURSOS HUMANOS PARA O CENTRO POP | 21 |
| 6.3 | ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO | 22 |
| 6.4 | OPERACIONALIZAÇÃO | 22 |
| 6.5 | TRIAGEM | 23 |
| 6.5.1 | Estrutura de funcionamento | 23 |
| 6.5.2 | Operacionalização | 24 |
| 6.6 | ACOLHIMENTO | 24 |
| 6.6.1 | Núcleo 1 – Bairro de ROMA | 24 |
| 6.6.2 | Núcleo 2 – BAIXA DOS SAPATEIROS | 25 |
| 6.6.3 | Núcleo 3 – Bairro de PLATAFORMA | 26 |
| 6.6.4 | Núcleo 4 – Local ainda a ser definido | 27 |
| 6.6.4.1 | Atividades previstas | 28 |
| 6.7 | CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 29 |
| 6.8 | GESTÃO DE PESSOAS | 29 |
| 6.9 | RESULTADOS ESPERADOS | 30 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 31 |
| | REFERÊNCIAS | 32 |
| | ANEXOS | 34 |

1 INTRODUÇÃO

Entre as atribuições das instituições de ensino e de pesquisa está aquela que se refere à formulação de propostas de políticas sociais. Este trabalho tem o objetivo de apresentar o resultado de um estudo de cunho social feito sobre a Cidade do Salvador, metrópole e primeira capital do Brasil. Atualmente esta cidade convive com uma realidade de mais de três mil pessoas vivendo nas vias públicas. Na realização do estudo se buscou conhecer mais de perto esta situação para, em seguida, elaborar e disponibilizar uma política social para a administração pública municipal, com o intuito de minorar os graves problemas que aí se originam.

Esse quadro, tão comum nas cidades grandes, se justifica pelo êxodo rural, onde as pessoas, fugindo da seca, do desemprego e dos conflitos familiares acorrem aos grandes centros, na busca das soluções para os seus problemas. Como essas cidades não têm estrutura para acolhê-los, o que lhes sobra são as praças e marquises, o álcool e as drogas como estratégia de fuga da realidade.

A mendicância assume uma dimensão considerável, assim como os conflitos decorrentes da embriaguez e da drogadição.

Segundo Graciani (1997), esse fenômeno da “rualização” é consequência de um sistema econômico fundado na injustiça que produz a marginalidade, a pobreza, o povo de rua, atribuindo ao capitalismo selvagem a criação de lixões nas periferias das grandes cidades, onde se amontoam urubus, animais e seres humanos, disputando as mesmas sobras do “lixo das elites”.

Este trabalho de conclusão de curso contém sete seções, incluindo esta introdução. Na seção nº 2, intitulada Diagnóstico do problema, está apresentado o estado da arte com ênfase no perfil do segmento objeto do estudo, mais a segregação que subtrai o direito das pessoas viverem dignamente. A seção nº 3 – marco teórico – traz as principais ideias de autores que abordam o tema da população em situação de rua, tornando-se, assim, a principal referência teórica do trabalho. Na seção nº 4, é feito um aprofundamento sobre a exclusão social e a negação de direitos. A seção nº 5 traz a descrição dos processos e da metodologia utilizada. Na seção nº 6 é apresentada a proposta que traduz o esforço para sensibilizar as autoridades municipais. Por último, a seção nº 7 que traz as considerações finais do trabalho. Após a seção das Referências estão apresentados sete anexos que são flagrantes registrados por meio de fotografias das ruas da cidade de Salvador, tendo sido divulgados pelo Jornal Metrópole.

Neles está registrada a condição de sobrevivência da parcela da população que sofre as vicissitudes das políticas públicas alheias à inclusão e à cidadania dos sujeitos desassistidos.

2 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Considerando a parcela da população que vive nas ruas, a Cidade do Salvador ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional, ficando atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro, segundo os dados da pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social realizada em 2008.

A tônica das administrações municipais tem sido a ausência de política específica para o enfrentamento da situação. Em Salvador, isso foi percebido por mim, com maior clareza, quando estive por nove meses à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município (SEDES), nos anos 2007 e 2008.

Naquela experiência, tive a oportunidade de constatar que entre os segmentos sociais vulneráveis, presentes na cidade, chamavam atenção as pessoas em situação de rua que, diferentemente das crianças e adolescentes, jovens, idosos e pessoas portadoras de alguma deficiência, não contavam com política específica estruturada. Lamentavelmente, naquele quadro o que existia era uma ação governamental pontual e “higienista” que ia da apreensão forçada das pessoas à reclusão das mesmas nos albergues e abrigos. Tudo isso quando não eram descartadas, na calada da noite, a quilômetros de distância da capital, em municípios vizinhos.

Esta situação era mais grave ainda por ocasião das festas, Natal e Carnaval, por exemplo, quando, na condição de secretária, recebia os telefonemas apelativos para que fosse às ruas recolher as pessoas que “enfeivavam” a cidade. A ordem expressa do então prefeito era “limpar” a cidade para que os turistas e visitantes se sentissem bem acolhidos.

Na tentativa de atuar em parceria no enfrentamento do problema, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Governo do Estado da Bahia, apresentou uma proposta consistente e avançada, mas não houve ressonância na esfera municipal. As distintas concepções dos poderes executivos instituídos não se encontravam, e a SEDES municipal, sozinha, não tinha autonomia política, administrativa e financeira para viabilizar a proposta.

Considerada a terceira maior capital brasileira em número de habitantes, Salvador tinha, conforme contagem feita em 2008, 3.289 moradores de rua, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, com 4.585, mas ultrapassando cidades como Fortaleza, Santos e Goiânia, por exemplo. Três anos após este levantamento, o número já chegava a 4.000 moradores de rua, segundo estimativas do Movimento da População de Rua da Bahia (MPRB), fundado em 2010. Já os dados da Prefeitura Municipal de Salvador, obtidos na pesquisa de 2009, diziam

que esse número chegava a 2.800. (JORNAL DA METRÓPOLE, novembro 2011, Salvador-BA).

A população que vive em situação de rua sofre com o preconceito social e, dessa forma, fica desprovida de qualquer possibilidade que possa chamar a atenção das autoridades instituídas, no poder público, na iniciativa privada ou mesmo da sociedade civil. Tem dificuldades particulares de se inserir no sistema único de saúde, por exemplo, de participar de eventos e espaços públicos, de utilizar mecanismos como a Defensoria Pública, pela sua provável desinformação, decorrente do processo de exclusão.

No dia 24 de abril de 2014, foi realizada uma Audiência Pública, na Câmara de Vereadores de Salvador, proposta pela Vereadora Vânia Galvão, do PT, com o objetivo específico de debater o tratamento a ser dispensado pela Administração Municipal às pessoas em situação de rua, durante os grandes eventos, e formular propostas a serem disponibilizadas para os poderes públicos. Dentre os atores presentes estavam a Defensoria Pública, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado, a Polícia Militar, o Movimento de População de Rua de Salvador, a Universidade federal da Bahia e Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB).

A Prefeitura e a Secretaria de Ação Social do Município, agentes fundamentais, não se fizeram presentes nem representadas, o que demonstra a pouca prioridade dada à questão.

Lúcia, liderança do Movimento de População de Rua da Bahia (MPRB), fez uma fala onde apontava a diferença entre morador de rua e pessoa em situação de rua. Segundo ela, rua não foi feita para morar, mas para passear, trafegar. “O que me levou às ruas foi a perda dos meus pais e a violência praticada por aqueles que me acolheram. A falta de qualificação dos técnicos que trabalham com as pessoas em situação de rua é que nos empurra para o álcool, para as drogas. Nada mudou aqui. A política municipal só tem decreto, prática nenhuma. O Comitê Interministerial, que se reúne de 45 em 45 dias, não sai do reunismo. A dificuldade está em disponibilizar recursos financeiros para a política protetiva. A Prefeitura Municipal de Salvador está enviando as pessoas para Feira de Santana, 2ª maior cidade do Estado ou Vitória da Conquista, a 600 km, para lá serem rejeitadas”.

Para a Defensoria Pública, na Copa das Confederações em 2013, a “higienização” foi forte. No Bairro da Soledade havia um casarão que recebeu em torno de 600 pessoas amontoadas, em condições insalubres e desumanas. Naquele período foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Prefeitura e o Ministério Público para o aluguel social que não funcionou por dois meses.

A preocupação dos atores citado tem fundamento. A cidade, que será uma das 12 sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014, vem exigindo soluções urgentes para a situação dos moradores de rua. Hoje, são apenas quatro casas de acolhimento: o Albergue Noturno, a Casa de Pernoite, o Centro de Integração Social (no Largo de Roma), com capacidade para atender, juntas, 230 pessoas, e o Centro de Triagem, na Baixa dos Sapateiros, que pode receber até 40 adultos diariamente, capacidade instalada encontrada, quando da minha passagem pela gestão municipal em 2008, e que permanece até os dias de hoje.

Isso significa que existem vagas para apenas cerca de 6% das pessoas em situação de rua em Salvador. Os outros 94% arriscam-se diariamente vivendo sob marquises, em prédios abandonados e com riscos de desabamento, dormindo em pedaços de papelão ou sobre colchões improvisados e sem dispor de assistência social. A preocupação dos organizadores do evento futebolístico, com a presença dos moradores de rua na cidade, vem sendo discutida em seminários e encontros estaduais e municipais. Entre as preocupantes especulações está mais uma “higienização” da cidade – remoção forçada dos moradores de rua –, como sempre costuma acontecer às vésperas do carnaval e dos grandes eventos.

O atual titular da Secretaria Municipal de Proteção Social (SEMPS) tem dito à imprensa que a situação está sob controle e que várias ações terão início em breve. Uma delas será a implantação do segundo Centro de Referência Especializado de Atendimento à População em Situação de Rua (Creas POP), na Rua J. J. Seabra, Baixa dos Sapateiros, onde há alta concentração de moradores de rua. Outro centro que foi implantado em julho de 2011, no Largo de Roma e compõe as unidades que são geridas pelo município com verbas federais.

2.1 ESTADO DA ARTE

2.1.1 Perfil do segmento

Esta parcela desassistida da população de Salvador é assim composta: 80% é do sexo masculino, 53% tem idade entre 25 e 44 anos, 67% é da raça negra, 52,6% ganha entre R\$20,00 e R\$ 80,00 por semana, 70,9% exerce alguma atividade remunerada, 15,7% pede dinheiro nas ruas como principal meio de sobrevivência, 69,9% costuma dormir na rua e, destes, 30% o fazem há mais de cinco anos, 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições, 95% não participa de qualquer movimento social ou associativismo, 24,8% não tem qualquer documento de identificação, 61,6% não vota nas eleições, 88,5% não é atendido pelos programas governamentais (JORNAL DA METRÓPOLE, novembro 2011, p. 4-7 e MDS 2008).

O presente estudo considera que pessoas em situação de rua são todas aquelas que fazem do espaço público e, em alguns casos, de construções ou terrenos abandonados, seu local de moradia, assim como aquelas que se utilizam de instituições de acolhimento. As pessoas em situação de rua se caracterizam pela vida nômade, sem local certo para se fixar, transitando por zonas ou bairros mais densos com grande circulação de pessoas de posição social e econômica média e alta. As áreas mais atrativas são as áreas comerciais e centros financeiros, onde a possibilidade de obter gorjetas ou de prestar pequenos serviços, como guardar carro, carregar compras, catar materiais recicláveis, lhes permitem a sobrevivência mínima diária.

Como já foi descrito anteriormente no perfil, essas pessoas são, majoritariamente, do sexo masculino e se encontram na faixa de 18 a 40 anos. Elas têm capacidade biológica de adaptação à fome, à sede, ao frio, à falta de higiene corporal e vivem sem conforto algum. Adquirem alta resistência biológica às doenças causadas por vírus, bactérias, vermes e fungos, elementos presentes nas condições inóspitas que experimentam.

Segundo Xiberras (1993), esse grupo social não só é rejeitado fisicamente pelo racismo, geograficamente pelos guetos onde vive, ou materialmente pela pobreza em que está imerso. Eles também são excluídos das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão banidos do universo simbólico. Assim sendo, os problemas decorrentes dessa injustiça também simbólica caracterizam-se, segundo Souza (2000), pela hostilidade, invisibilidade social e desrespeito na vida cotidiana ou institucional que implica no prejuízo da autoestima, mediante processos intersubjetivos.

Naquela experiência de nove meses, em 2008-2009, pude conhecer e me aproximar de Dona Maria. Mulher negra, franzina, 1,5 metro de estatura, mas possuidora de força leonina. Acredito que o desafio da luta pela vida a fez valente e líder, nas redondezas da Arena Fonte Nova, em Nazaré, no centro da cidade.

Numa reunião ocorrida na secretaria, onde se discutiu a desocupação da marquise do Estádio da Fonte Nova, que em breve seria demolido, bem como a oportunidade de trocar as ruas pelo aluguel social, ouvi dela o desabafo de uma “cidadã” que vivia nas sarjetas há mais de 30 anos e com duas gerações paridas e criadas nas ruas. Foi-lhe apresentada proposta de moradia digna, numa casinha limpa, afastada do barulho do trânsito, lá em Campinas de Pirajá.

Qual foi a minha surpresa quando ela, taxativa e segura, perguntou-me com autoridade: “Secretária, lá nessa casa nova, em Campinas de Pirajá, eu com meus filhos e netos, vamos comer parede?” No diálogo que se seguiu, perguntei-lhe de onde tirava o

sustento durante aquele tempo de vida nas ruas, e ela me respondeu com altivez: “Do supermercado Bom Preço, vizinho da Fonte Nova, que todos os dias nos garante o iogurte, o queijo, o biscoito, as verduras e até a carne para nosso sustento... em Pirajá só tem pobre e o lixo de pobre não dá futuro”.

É razoável afirmar que uma situação como esta é consequência direta da desigualdade social decorrente da alta concentração de renda no Brasil, mesmo depois da forte incidência dos inúmeros programas sociais implementados nos últimos 10 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Os gráficos abaixo, embora não tão recentes, retratam as causas geradoras do fenômeno em estudo.



Mas, afinal, o que leva uma pessoa a se tornar um participante do contingente da população de rua? Diversos são os fatores, dentre eles, a baixa renda, o desemprego e a extrema pobreza; desestabilizações familiares, em função do uso de álcool e outras drogas; doenças (sobretudo as psiquiátricas), velhice e violência doméstica; fatores climáticos que comprometem as moradias, como alagamentos e desmoronamentos em função de fortes chuvas ou erosão; migrações e, incrivelmente, até por opção.

Em Scott (1993) vamos encontrar algumas ideias a respeito quando, em sua revisão de estudos americanos e ingleses, enumera quatro grandes grupos de rotas ou etapas para uma pessoa chegar até a condição de sem-teto:

[...] a desinstitucionalização psiquiátrica, os fatores econômicos, os problemas sociais e a opção de viver nas ruas. Esse último fator representa apenas 4% das pessoas participantes nas pesquisas revisadas (SCOTT, 1993).

Para corroborar as respostas dadas à pergunta anterior, trazemos mais alguns dados sobre a desigualdade no Brasil. No primeiro ano do governo LULA, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 38,7% da população brasileira encontrava-se em situação de pobreza e 14% em situação de extrema pobreza. Para enfrentar essa situação foi criada uma série de políticas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família,

do Benefício de Prestação Continuada (BPC) etc., o que tem contribuído para uma mudança significativa na estrutura social do país.

2.1.2 Segregação espacial e direito à cidade

A cidade pode ser considerada um espaço em disputa pelos cidadãos, governo local, empresas, especulação imobiliária, trânsito, comércio e pessoas em situação de rua. O direito à cidade é, sobretudo, o direito de o sujeito poder construir o espaço urbano. Segundo Santos (2009), a urbanização corporativa é um dado real de alta relevância no processo de ocupação das cidades e ela ocorre quando a (ir) racionalidade administrativa toma a frente dos recursos públicos, impulsionando a população mais pobre para a periferia. Por sua vez, a população em situação de rua faz o movimento inverso, confrontando a ordem estabelecida pela urbanização corporativa.

Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, estes sujeitos ocupam os espaços públicos, mas a sua presença na paisagem urbana é contestada com fúria. Sua visibilidade é constantemente tentada a ser apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares, para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade e em direção a outros espaços marginais (Smith 2000, p.135 *apud* Penteado 2011, p.4).

3 MARCO TEÓRICO

A política nacional para a inclusão social da população em situação de rua, hoje já institucionalizada, reconhece a necessidade de estruturar/reestruturar a rede de acolhimento e impõe aos municípios a responsabilidade de construir processos de inclusão social que tenham como resultado um conjunto de articulações que conduzam a população à saída da situação de rua.

Uma das ideias aceitas neste trabalho parte do entendimento de que é necessário diferenciar os elementos que caracterizam a saída da rua, daqueles outros que fortalecem os sujeitos no processo de reconstrução de suas vidas. A esse respeito, Maria da Conceição d'Incao ao avaliar a questão "Potencial de Transformação Social", no I Seminário Nacional sobre População em Situação de Rua, em 1992, apontava para o aspecto da "integração/não integração" desse segmento aos processos sociais dominantes.

Naquela época, a crítica à ação das instituições residia no fato de "passar por cima das especificidades dos homens de rua, procurando integrá-los ao mercado de trabalho de forma autoritária e, conseqüentemente, ineficaz". Este quadro pouco se alterou até os dias atuais. (Cadernos do CEAS nº 151, p. 34).

O princípio da Proteção Social, inscrito na Constituição Federal (Brasil, 1988), determina a criação e execução de políticas sociais de combate às desigualdades. O acesso à seguridade deve ocorrer por meio de ações públicas integradas, e esta integração dependerá da coordenação local da gestão das políticas sociais, com ênfase na intersetorialidade das ações em rede como diretriz. Isso tem se materializado através do Sistema Único na Saúde (SUS) e no Sistema Único na Assistência Social (SUAS).

A compreensão que predomina na concepção do SUAS é de que as demandas de proteção social não se esgotam nas políticas de saúde, de assistência social, de habitação, de cultura, de justiça e outras isoladamente. As carências ocorrem em todos esses setores, constituindo, assim, um campo interdisciplinar e intersetorial que configuram a esfera social. O elemento catalisador da intersetorialidade e de ações compartilhadas são as redes sociais constituídas, ou seja, redes de diferentes serviços.

Para Penteadó (2011), "a efemeridade e frouxidão das políticas sociais e das redes intersetoriais tem contribuído para a manutenção do fenômeno". A partir do SUAS, tem-se o princípio da territorialidade como forma organizativa para os serviços de atenção básica e de alta complexidade, a exemplo dos Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O local no qual ocorrem as demandas acima descritas se relaciona ao espaço onde acontecem as relações de pertencimento, as quais, do ponto de vista da política social, poderão acionar as ações de proteção social. Para Santos (2008):

O espaço refere-se a um conjunto indissociável solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá (Santos, 2008).

O autor se refere ao território como um dos elementos determinantes das condições de vida, do acesso aos serviços e direitos e, com isso, de grande relevância para o desenho e implantação das políticas sociais. No geral, tais políticas são focalizadas. Isso significa que visam atender a uma parcela da população que está alijada do processo social e produtivo, e cuja renda irregular e insuficiente impõe a privação das necessidades mais básicas como alimentação e moradia, e que, portanto, precisa do auxílio do Estado.

Reconhecidamente, existem aqueles que questionam a intervenção do Estado, quando são reivindicadas políticas públicas para a redução de desigualdades. Para estes, é interessante lembrar Sen (2001) que descreveu:

Em situações de adversidade e privações persistentes, as vítimas não continuam pesarosas e queixosas o tempo todo, e pode faltar-lhes, inclusive, a motivação para desejar uma mudança radical das circunstâncias (SEN, 2001, p.36).

Outros autores, como Abranches (1994) ajudaram a esclarecer do modo que segue: “Há governos mais ou menos justos. Mais ou menos sensíveis às necessidades dos despossuídos. Mais ou menos resistentes às pressões de interesses poderosos contrários às mudanças” (Abranches, 1994, p.11). Por sua vez, Fredericson (1997) argumentou que aos dois pilares históricos da administração pública, eficiência e economia, deve-se incorporar a equidade social, deixando clara a finalidade das políticas públicas e dos governos.

4 NEGAÇÃO DE DIREITOS: um empurrão para a exclusão

Para atender às exigências de natureza metodológica, faz-se necessário conceituar algumas categorias que compõem o fenômeno social aqui abordado:

- a) desigualdade social compreende a diferente distribuição das riquezas socialmente produzidas entre os membros de uma determinada sociedade.
- b) exclusão é um dos termos mais contestados e discutidos e, a esse respeito, Nascimento (1994) apresenta três acepções distintas, a partir de uma definição básica, ou seja:

O conceito de exclusão social está mais próximo, ou, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura do vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no fato de que o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, como o desviante. A condição de excluído é-lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 1994, p. 30).

Para este mesmo autor, a exclusão baseia-se na rejeição, na intolerância, na dificuldade de reconhecer no outro os direitos que lhe são próprios, repercutindo no rompimento de vínculos comunitários e na coesão social fragmentada.

- c) pobreza é compreendida como a inexistência de recursos que permitam uma vida digna e, nesta acepção, destacam-se os não integrados ao mundo do trabalho, excluídos de direitos, que produzem a não inserção social.

Na hierarquia dos excluídos pode ser observado que as pessoas em situação de rua estão na ponta, devido, não somente à privação material, mas ao fato da pobreza lhe tirar a qualidade de cidadão, de sujeito portador de sonhos, desejos e interesses que o diferenciam dos demais seres humanos. Segundo Escorel (1999), “*ser excluído, nessas condições, é não encontrar nenhum lugar social, é ser prisioneiro de seu próprio corpo, sendo rejeitado pelos mercados materiais e simbólicos*”.

Em termos de perfil, esses grupos são formados por homens e mulheres que vivem à margem do contexto social, sem direito à saúde, médicos e sem remédio; sem moradia, a casa é a rua; sem alimentação, sobrevivem com as sobras descartadas nos lixões; sem educação e sem emprego, logo lhes faltam oportunidades; sem segurança e sem lazer e aí as drogas são as válvulas de escape que lhes consomem o físico e a dignidade. A sua história é inscrita em seus próprios corpos, nas marcas deixadas pela tristeza, pelas brigas, pelas tatuagens, pelas cicatrizes, pelas doenças. Como afirma Martins (1993), “*a privatização do espaço público potencializa os conflitos entre essas populações, fazendo daqueles que habitam as ruas alvo de rejeição social e repressão policial*”.

Para Bachelard (2000), “a casa é o nosso canto no mundo”. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. A casa é o grande berço, o aconchego e a proteção, desde o nascimento do homem. A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa. Deste modo, segundo Iamamoto (1998), por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 1998, p. 60).

5 PROCESSOS E METODOLOGIA DE TRABALHO

Uma das atribuições da Secretaria Municipal de Ação Social da Cidade do Salvador, através da Coordenação de Proteção Social Especial, consiste em reestruturar a rede de atendimento à população adulta em situação de rua, atuando na implementação da política social em consonância com o SUAS. Nesta ação, devem ser oferecidos os seguintes serviços:

- a) abordagem humanizada, qualificada e sistemática nas ruas e pontos de concentração dessa população;
- b) encaminhamento para os núcleos de serviços e convivência, centros de acolhida e centros especiais para idosos, mulheres e catadores.

Para além do acolhimento, deverá ser estruturada uma rede para a capacitação profissional, intermediação de pessoas para inserção no mercado de trabalho com vistas à geração de renda e autonomia econômico-social.

Concomitante a todo o trabalho desenvolvido, o Observatório Social cumprirá papel relevante no monitoramento de todos os processos desenvolvidos, contribuindo na avaliação e sistematização das ações e resultados alcançados e na qualificação das políticas sociais.

5.1 ABORDAGEM DE RUA

Trata-se do trabalho social de primeiros contatos e de busca ativa que serve para identificar nos bairros de Salvador a incidência do trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, além de adultos em condição de vulnerabilidade individual e social. Os espaços preferenciais dessa população são os logradouros do tipo praças, viadutos, entroncamento de estradas, espaços públicos, locais de intensa circulação de pessoas, zonas comerciais e terminais de ônibus.

O serviço especializado de abordagem deve ter em vista os seguintes objetivos:

- fazer o primeiro movimento de aproximação entre os agentes sociais e o segmento beneficiário;
- dar início ao processo de saída das ruas, possibilitando condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais;
- acolher na integralidade do conceito. Não se trata apenas de dar teto e comida, mas acima de tudo compreender, respeitar e proteger;
- perseguir a resiliência que permite ao indivíduo enfrentar as adversidades, administrá-las e vencê-las, transformando-se;

- identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedência, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- promover ações de sensibilização para a divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias;
- instalar “observatório social”, enquanto instrumento de acompanhamento e sistematização da experiência;
- promover ações para a reinserção familiar e comunitária.

5.2 UNIDADES DE OFERTA DE SERVIÇOS

Atualmente existem os seguintes órgãos públicos, todos constantes da Política Nacional, da Assistência Social que oferecem estes serviços:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- Unidade específica referenciada ao CREAS;
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

6 PROPOSTA

A experiência acumulada à frente de uma secretaria municipal, cuja principal atribuição é atender às demandas da parcela da população que se encontra marginalizada, permitiu, à época, a construção do diagnóstico que, por sua vez, contribuiu com a elaboração da proposta de intervenção social aqui apresentada. Aliada à experiência descrita, tivemos o apoio da revisão bibliográfica e das fontes documentais de informação que indicam a possibilidade de contribuir com a redução das mazelas que atingem a população de rua da Cidade do Salvador. Com isso, fui incentivada a formular e apresentar a proposta que se encontra detalhada a seguir, com a expectativa de que ela venha a ser devidamente aproveitada pelos órgãos municipais.

6.1 INFRAESTRUTURA DO CENTRO POP

As condições necessárias para a acessibilidade devem atender aos seguintes requisitos:

- Recepção para acolhida inicial;
- Espaços limpos, arejados e bonitos;
- Sala para atividade de coordenação, reunião de equipe e/ou atividade administrativa;
- Sala de atendimento individualizado, familiar ou em grupo;
- Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio;
- Copa e cozinha;
- Banheiro masculino e feminino com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Banheiros individualizados e adaptados;
- Refeitório;
- Guarda-pertences com armários individuais;
- Dormitórios.

6.2 RECURSOS HUMANOS PARA O CENTRO POP

Para o bom funcionamento do Centro POP prevê-se um quantitativo de pessoal assim distribuído:

- 01 coordenador;
- 02 assistentes sociais;
- 02 psicólogos;
- 01 técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional;
- 04 profissionais de nível superior, ou médio, para realização do serviço especializado e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas.

Na sua atuação, este corpo técnico especializado deverá manter contatos diretos e sistemáticos com o público-alvo, e esta ação propicia o conhecimento preliminar da população de rua, fornecendo subsídios para os devidos encaminhamentos.

6.3 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

Com relação à estrutura de funcionamento do Centro POP, são exigidos pelas normas e diretrizes inerentes à Política Nacional de Assistência às pessoas em situação de rua, os seguintes componentes e equipamentos:

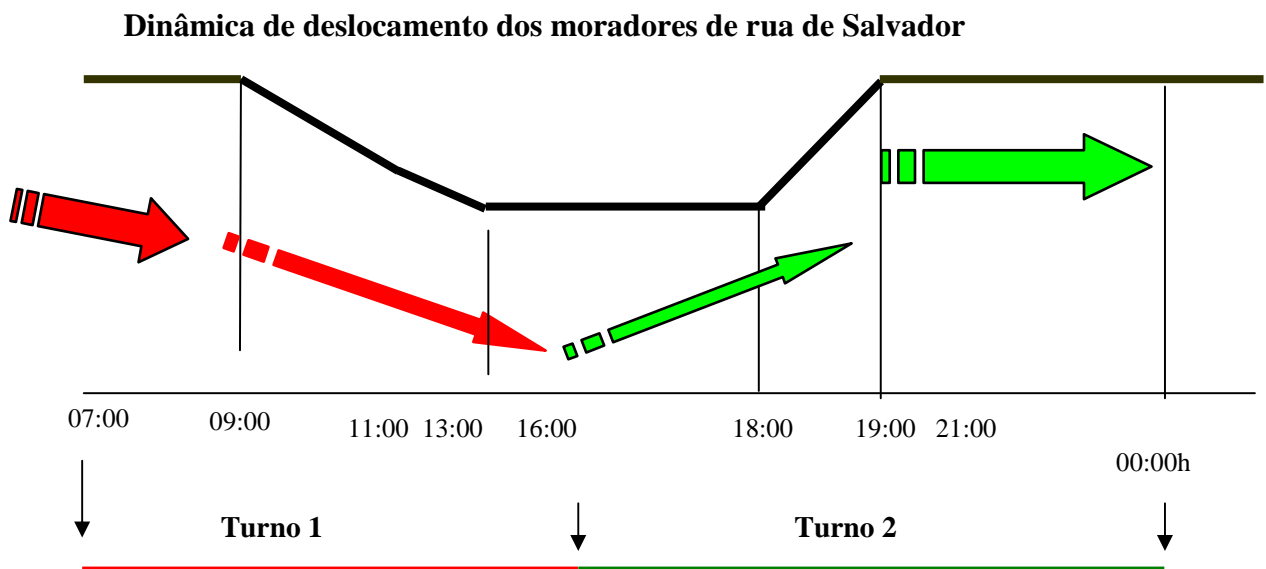
- 1 escritório dotado da seguinte infraestrutura mínima (mesas, cadeiras, computadores, etc.);
- 1 gerente;
- 1 auxiliar administrativo;
- 1 digitador;
- 36 educadores (divididos em 6 grupos de 6 agentes sociais);
- 6 motoristas;
- 6 veículos de apoio para o escritório central e educadores;
- aparelhos celulares (equipes de campo+ gerente).

6.4 OPERACIONALIZAÇÃO

A unidade de referência aqui proposta estará localizada, preferencialmente, no bairro do Comércio, por se tratar de uma região que fica equidistante dos locais de maior concentração populacional de rua. Desse modo, as áreas de atuação da equipe se subdividirão por bairros, como é sugerido no quadro visto a seguir:

| ÁREA 1 | ÁREA 2 | ÁREA 3 | ÁREA 4 | ÁREA 5 |
|---------------|------------------|-----------------|----------------|----------------|
| Barra | Graça | Federação | Av. Sete | Pirajá |
| Ondina | Corredor Vitória | Garibaldi | Forte S. Pedro | São Caetano |
| Rio Vermelho | Campo Grande | Vasco da Gama | Piedade | Fazenda Grande |
| Pituba | Vale do Canela | Dique do Tororó | Carlos Gomes | Mal. Rondon |
| Itaigara | Centenário | Ogunjá | Dois de Julho | Lgo. do Tanque |
| Iguatemi | Contorno | Bonocô | Rua Chile | Bx. do Fiscal |
| Paralela | Comércio | Brotas | Pelourinho | Suburbana |
| São Rafael | Mares | Rótula Abacaxi | B. Sapateiro | Base Naval |
| Imbuí | Roma | Cabula | Barroquinha | Cajazeiras |
| Mussurunga | Ribeira | Pernambuéis | Nazaré | Águas Claras |
| São Cristóvão | | Pau Miúdo | Barbalho | São Marcos |
| Stella Maris | | IAPI | Sete Portas | Pau da Lima |
| Aeroporto | | Pero Vaz | | Boca da Mata |
| | | Liberdade | | |
| | | San Martin | | |
| | | Barros Reis | | |

Considerando que a quantidade de pessoas em situação de rua é variável em cada área da cidade, havendo pontos onde existe maior concentração, o trabalho requererá uma ação mais intensa das equipes de abordagem. Desse modo, essas equipes terão uma escala horária de trabalho definida em função da dinâmica de deslocamento do público-alvo em suas respectivas áreas de atuação, como pode ser visto no diagrama a seguir:



A dinâmica da migração do público-alvo, fruto do acompanhamento da secretaria, será permanentemente monitorada, no intuito de se manter o controle das informações e, desse modo, evitar a duplicidade de registros e procedimentos.

6.5 TRIAGEM

Esse procedimento consiste na pré-avaliação das pessoas abordadas nas diversas áreas, e será realizada por uma equipe formada por Assistentes Sociais e Psicólogos, conforme premissas do SUAS.

6.5.1 Estrutura de funcionamento

Para a efetivação desse procedimento é exigida a seguinte estrutura:

- 1 unidade física dotada de infraestrutura mínima (mesas, cadeiras, computadores etc.);
- 1 auxiliar administrativo;
- 1 digitador;
- 4 assistentes sociais;
- 2 psicólogos;
- 4 educadores sociais;
- 2 auxiliares de enfermagem.

6.5.2 Operacionalização

Durante a Triagem, será identificado o perfil da população-alvo e adotadas as providências sobre os encaminhamentos iniciais para a Rede de Alta Complexidade, sobretudo na área de atenção à saúde. Além disso, após cadastramento, o usuário será encaminhado para unidades de acolhimento da Rede Municipal, de acordo com a sua especificidade.

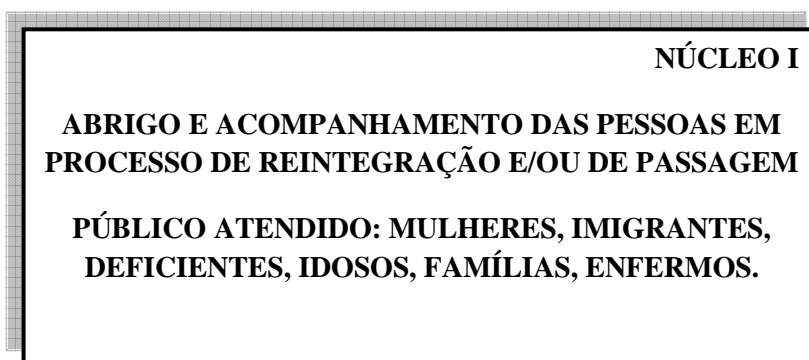
6.6 ACOLHIMENTO

O acolhimento propriamente dito será feito, segundo a proposta aqui apresentada, em três locais distintos, ou núcleos, próprios da estrutura física disponível para a SEDES, a saber:

6.6.1 Núcleo I – Bairro de ROMA

Esta unidade será utilizada para o atendimento temporário a mulheres, famílias imigrantes, sendo destinada à hospedagem (alimentação, higiene e pernoite) e acompanhamento psicossocial. A sua estrutura de funcionamento prevê:

- 1 unidade física dotada de infraestrutura mínima (mesas, cadeiras, computadores, etc.);
- 1 auxiliar administrativo;
- 1 digitador;
- 4 assistentes sociais;
- 2 psicólogos;
- 4 educadores sociais;
- 2 auxiliares de enfermagem.



A proposta prevê os seguintes recursos humanos para o núcleo I:

- 1 gerente;
- 2 assistentes sociais;
- 3 auxiliares de serviços gerais;
- 2 seguranças (contratados);
- 2 seguranças (Polícia Militar);
- 1 auxiliar de enfermagem;

- 1 encarregado;
- 9 agentes sociais.

As atividades previstas neste núcleo são:

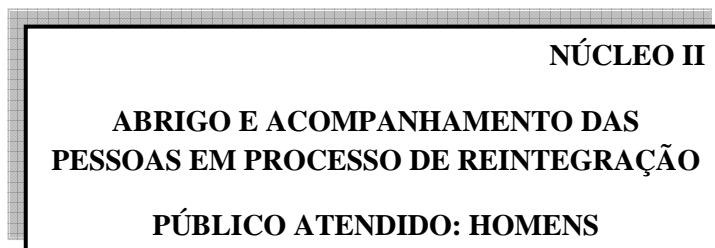
- serviços de enfermagem;
- encaminhamentos para a rede sócio-assistencial (documentação, educação, saúde, geração de trabalho e renda, assistência jurídica, etc.);
- identificação, acompanhamento e direcionamento em caso de processos judiciais ;
- doação de passagem de ônibus para migrantes, quando desejarem retornar à sua cidade de origem.

Por sua vez, a estrutura de funcionamento prevê:

- 04 compartimentos amplos com capacidade para 35 pessoas cada um;
- 01 área de lazer;
- 01 refeitório;
- 01 sala de enfermagem;
- 02 salas de administração e 01 sala da gerência;
- 02 sanitários (masc./fem.) e 16 banheiros (04 em cada pavilhão)
- 01 sala (guarda de volumes);
- 01 sala (materiais);
- 01 copa;
- 01 espaço com quatro lavanderias.

6.6.2 Núcleo II – BAIXA DOS SAPATEIROS

Esta unidade deverá ser utilizada para atendimento temporário a pessoas do sexo masculino, destinada à hospedagem (alimentação, higiene e pernoite) e acompanhamento psicossocial.



Para o seu bom funcionamento se propõe a seguinte estrutura:

- 1 sala de gerência;
- 2 salas para atendimento social;
- 1 sala para apoio administrativo;
- 1 dormitório com 40 leitos;
- 4 banheiros;
- 1 refeitório;
- 1 guarda volumes;
- 1 sala para atendimento psicológico;
- 1 copa;
- 1 lavanderia.

Os recursos humanos previstos se compõem de:

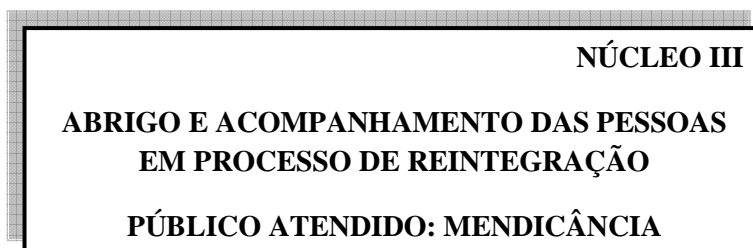
- 1 gerente;
- 1 auxiliar de enfermagem;
- 2 assistentes sociais;
- 3 profissionais de serviços gerais;
- 2 seguranças patrimoniais;
- 2 seguranças (Polícia Militar);
- 4 agentes sociais;
- 2 encarregados;
- 2 equipes de articulação de serviços (Agente Social Nível III).

Atividades previstas para ocorrerem neste núcleo:

- serviços de enfermagem;
- encaminhamentos para a rede sócio-assistencial (documentação, educação, saúde, geração de trabalho e renda, assistência jurídica, etc.);
- doação de passagem de ônibus para migrantes retornarem à sua cidade de origem, quando da vontade do assistido.

6.6.3 Núcleo III – Bairro de PLATAFORMA

Com relação à unidade do bairro de Plataforma, que servirá para o atendimento temporário a pessoas adultas de ambos os sexos, ela será destinada à hospedagem (alimentação, higiene e pernoite) e acompanhamento psicossocial.



A sua estrutura física prevê:

| ESTRUTURA | QTDE. | OBSERVAÇÕES |
|--------------------------------|--------------|--|
| Banheiros | 02 | Coletivos com 10 duchas cada |
| Boxes | 04 | 2 em cada pavimento p/ acomodação de pessoal |
| Copa | 01 | |
| Sala de administração | 01 | Divisória |
| Sala para outros profissionais | 03 | Divisória |
| Recepção | 01 | Balcão |
| Estrutura hidráulica | | Revisão |
| Estrutura elétrica | | Revisão |
| Área de lazer e circulação | 01 | Área externa |
| Sala para almoxarifado | 01 | Divisória |
| Sala para guarda volumes | 01 | Divisória |
| Sala para enfermaria | 01 | Divisória |
| Espaço p/ recolhimento lixo | 01 | Área externa |

A estrutura de recursos humanos requer:

- 1 coordenador de núcleo;
- 2 supervisores;
- 4 auxiliares de serviços gerais;
- 2 seguranças patrimonial;
- 2 seguranças (Polícia Militar);
- 1 auxiliar de enfermagem;
- 1 encarregado de serviços;
- 4 agentes sociais;
- 2 equipes de articulação de serviços (Agente Social Nível III).

As atividades previstas para acontecer constam de:

- serviços de enfermagem;
- encaminhamentos para a rede sócio assistencial (documentação, educação, saúde, geração de trabalho e renda, assistência jurídica, etc.);
- doação de passagem de ônibus para migrantes que desejarem retornar à sua cidade de origem.

6.6.4 Núcleo IV – CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Trata-se de um centro de desenvolvimento de atividades, concebido com o objetivo de preparar o indivíduo para a sua inserção ou reinserção no contexto social, de forma autossustentada.

A área cogitada para o funcionamento dessa unidade dispõe de estrutura arquitetônica já montada, composta por, aproximadamente, 12 salas e com possibilidades de ampliação, tanto horizontal quanto vertical. Além disso, sua área externa deve ser arborizada, devendo comportar tranquilamente um campo de futebol e uma quadra poliesportiva, uma horta comunitária e um horto para a produção de mudas.

Com relação à estrutura necessária para o seu funcionamento adequado está sendo sugerido o que consta no quadro visto a seguir:

| ESTRUTURA | QTDE. | OBSERVAÇÕES |
|------------------------------------|--------------|--|
| Banheiro | 04 | ColetivoS com 10 duchas cada |
| Sala para capacitação profissional | 05 | C/ isolamento de uma para a outra |
| Copa | 01 | |
| Sala de administração | 01 | Divisória |
| Sala para outros profissionais | 02 | Sala ampla com 6 divisórias (12 salas) |
| Recepção | 01 | Balcão e estrutura física adequada |
| Campo de futebol | 01 | Área externa |
| Quadra poliesportiva | 01 | Área externa |
| Sala para almoxarifado | 01 | Com 15 estantes de 10 prateleiras cada |
| Sala para guarda volumes | 01 | Divisória |
| Sala para enfermaria | 01 | Divisória |
| Espaço p/ recolhimento lixo | 01 | Área externa |

Os recursos humanos previstos para o atendimento neste quarto núcleo constam de:

- 1 coordenador de programas de educação profissional;
- 1 coordenador de atividades;
- 1 coordenador de departamento social;
- 6 supervisores;
- 6 auxiliares de serviços gerais;
- 9 seguranças patrimoniais;
- 6 seguranças (Polícia Militar);
- 1 enfermeira (esta deverá dar suporte a todas as auxiliares do projeto);
- 3 auxiliares de enfermagem;
- 2 auxiliares administrativos;
- 1 encarregado de segurança patrimonial;
- 1 chefe de setor;
- 6 agentes sociais

6.6.4.1 Atividades previstas

Na proposta formulada, estão previstas atividades de distintas naturezas. Elas são descritas no quadro a seguir:

| NATUREZA | TIPO |
|-------------------------------|---|
| Pedagógica | Alfabetização |
| | Apoio pedagógico |
| Profissionalizante *** | Cursos de panificação e confeitaria |
| | Curso de jardinagem e mudas de plantas |
| | Fabricação de material de limpeza (água sanitária e detergente líquido) |
| | Fabricação de papel a partir da reciclagem |
| | Artesanato em geral |
| Laborativa | Trabalho remunerado na horta comunitária (utilização e comercialização do excedente) |
| | Trabalho remunerado no Horto (produção de plantas ornamentais para comercialização com a Superintendência de Parques e Jardins) |
| | Trabalho remunerado na panificadora (utilização e comercialização do excedente); |
| | Trabalho remunerado a partir de artesanatos |
| | Utilização de mão-de-obra remunerada no processo de adaptação física do NÚCLEO III |
| Lúdica, desportiva e de lazer | Oficinas de integração, campeonatos , corridas, visitas e passeios a espaços públicos de lazer . |
| Acompanhamento psicossocial | Terapia Familiar* |
| | Terapia Ocupacional** |

NOTA 1: (*)Terapia realizada com as famílias com o objetivo de resgatar ou amadurecer o papel de cada partícipe da família, suas responsabilidades, afetos, etc.

NOTA 2: (**) Diz respeito a mais uma metodologia promotora da transformação humana, ao desenvolver as habilidades dos sentidos, melhorar a autoestima e contribuir a interação no meio social.

NOTA 3: (***) Firmar convênios com o Instituto Federal da Bahia (IFBA) para oferta de cursos profissionalizantes através do PRONATEC.

6.7 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os benefícios eventuais previstos na nossa proposta têm caráter temporário e serão destinados à provisão de meios de subsistência que propiciem a reinserção social e aproximem a população atendida da sua emancipação e autonomia. Entre estes benefícios podem ser destacados:

- Bolsa auxílio: destinado às despesas com aluguel, água e energia elétrica, consistindo na concessão de auxílio financeiro para que os usuários das unidades de acolhimento, que estejam em condições de trabalhar, possam retomar a sua vida de forma autônoma. Inserção nos programas do governo federal: Bolsa Família, BPC (Benefício de Prestação Continuada), Minha Casa Minha Vida, etc.
- Cupom alimentação: caracteriza-se como um auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00/mês, para aquisição de gêneros alimentícios nas lojas da Cesta do Povo, visando assegurar as condições de subsistência da população atendida que não tem o benefício da bolsa auxílio, ou nos casos de complementação de demandas específicas.
- Passagem: esse benefício deverá ser concedido, circunstancialmente, para assegurar o retorno à cidade de origem daqueles sujeitos que estão em trânsito na cidade, ou em situações afins.
- Outros auxílios, a exemplo de kit utensílios e ferramentas e medicamentos necessários à população atendida.

6.8 GESTÃO DE PESSOAS

A gestão da política social aqui apresentada na proposta será extensiva a todos os agentes envolvidos no processo de reelaboração, implementação e avaliação das ações, a saber:

- a) servidores públicos, representação da população em situação de rua, movimentos sociais afins, ONGs, empresas privadas e outros;
- b) gestores e técnicos que precisam abrir-se ao diálogo, à construção coletiva e à corresponsabilidade por encaminhamentos, ações e decisões acerca das possibilidades de contribuição das políticas sociais na vida dos sujeitos, cuja articulação em rede significa comunicação entre serviços de diferentes áreas que lidem com o mesmo público.

Entre as ações possíveis de serem executadas podem ser elencadas:

- criação de um conselho gestor (município, estado e governo federal);
- criação de uma rede intersetorial e interprofissional envolvendo as secretarias municipais e órgãos estratégicos;
- pactuação nas três esferas de governo;
- construção de uma pauta de reuniões ordinárias e sistemáticas;
- construção artesanal da rede e dos planos de atendimento;
- humanização do atendimento, respeitando as diferenças e as escolhas.

6.9 RESULTADOS ESPERADOS

Entre os resultados esperados com a adoção e execução, pelos gestores da municipalidade, da proposta que está sendo formulada, destacam-se:

- Instalação de cinco Centros Pop, na cidade, com infraestrutura adequada;
- Instrumentalização do Centro de Educação Profissional com capacidade instalada de qualidade e oportunidade de várias modalidades laborativas;
- institucionalização de um novo modelo de Políticas Públicas, calcado na participação popular, na intersetorialidade, na interprofissionalidade, na resiliência e no sistema em rede;
- sensibilização das autoridades e representantes dos executivos municipais, não somente da cidade do Salvador, mas também de outros municípios que convivem com o mesmo problema dos moradores de rua;
- redução das violações dos direitos sociais assistenciais, seus agravantes e reincidências;
- proteção social a famílias e indivíduos;
- redução de danos provocados por violação de direitos;
- construção de novos projetos de vida;
- capacitação para o trabalho;
- inserção no mercado de trabalho;
- reinserção familiar e comunitária;
- retorno à cidadania plena.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal propósito deste trabalho, além de qualificar outras áreas interessadas e instituições dedicadas a essas atividades, é disponibilizar para a gestão municipal da Prefeitura de Salvador, a proposta aqui construída, trazendo elementos e práticas que permitirão aos gestores públicos, mais especificamente à Secretaria Municipal de Proteção Social (SEMPS), sair da postura contemplativa de um fenômeno social de grande relevância para uma atitude que o encare, o estude e ofereça ações efetivas que tenham na intersetorialidade, na interdisciplinaridade e na resiliência a grande estratégia.

Embasado por teorias e conceitos sociológicos e antropológicos de estudiosos do tema, o plano de intervenção social aqui apresentado considera os homens e mulheres em situação de rua como sujeitos possuidores de direitos e, como tal, devem ser acolhidos e considerados em todo o processo de reintegração social.

A metodologia de trabalho que está sendo proposta tem na sua essência o respeito à individualidade e às diferenças inerentes a cada sujeito, levando em conta as características, culturas e histórias de vida, como fundamentos primordiais na construção ou reconstrução de suas vidas. A autoestima, o orgulho de ser e o livre arbítrio de cada um são valores que devem permear o delicado trabalho de reencontro consigo mesmo e com os outros.

Enxergar-se como homem, ou mulher, que tem uma história, que tem sentimentos e valores, que tem talento para se sentir útil e produtivo passa a ser a grande estratégia para um recomeço de vida baseado na cidadania plena e sustentável.

Esta política de intervenção social se propõe, por fim, a criar as condições objetivas para a concepção de Política Social de Estado que seja incorporada por todos os gestores municipais que assumam a cidade de Salvador, independente do partido político a que pertençam.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio H. Política social e combate à pobreza. Em: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G. e COIMBRA, M.A. **Política social de combate à pobreza**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**: Martins Fontes, 2000.
- CADERNO CEAS Nº 151, p. 34.
- CUTTI, D. Migrantes ou carentes? a trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes-AVIM. **Travessia Revista do Migrante**, ano X, nº 29: 25-29. 1997.
- _____. Editorial: Albergues, um plural muito pobre. **Travessia Revista do Migrante**, ano X, nº 29, p. 3, 1997.
- D'INCAO, Maria da Conceição. Perfil da população de rua: comentários e Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. Em: ROSA, Cleisa M.M. (Org.) **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. Em: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: Nômades, excluídos, viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- _____. **Vidas ao Léu: Trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. **Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas**. São Paulo, 2013 – 2014.
- GRACIANI, M.S.S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire – 2005. **Coleção Prospectiva**, v. 4.
- IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- IBGE, 1996. **Contagem Populacional**. Dezembro, 1998. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 2013
- JORNAL DA METRÓPOLE. **Campeã do abandono**. Nov. 2011, p. 4-7. Salvador – Bahia.
- MARTINS, Ana Lúcia. L. **Livres acampamentos da miséria**. Rio de Janeiro: Obra aberta, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANTOS, Milton. **A natureza dos espaços: técnica e tempo, razão e emoção**. 2002.
- _____. **Concepção de geografia, espaço e território**. 2008.
- SANTOS, Daiane. O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: um estudo de caso. **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**. Outubro 2009.
- SOUZA, J. Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro. Em: SCALON, M.C. (org). **Imagens da desigualdade**, Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PENTEADO, Ana T.C. Crianças e adolescentes em situação de rua, políticas sociais e urbanas: **Os diferentes usos do território da cidade de Campinas / SP – Brasil**. 2011.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio.** 2^a ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ANEXOS

ANEXO 1

IMBASSAHY CULPA PREFEITO JOÃO HENRIQUE PELO MINIMETRÔ DE SALVADOR pág. 14

25 NOV 11

JORNAL DA

Metrópole



Vai ter faxina?

Segunda cidade brasileira com mais moradores de rua, Salvador não tem uma resposta para a questão, que pode ser uma pedra no caminho para a Copa de 2014. Sem teto nem a famigerada higienização. Págs. 4 a 7

Fonte: cidade@jornaldametropole.com.br

ANEXO 2

pilha pura

que p...
é essa?

Após o último vexame do Vitorinha diante da própria torcida, 2 a 1 para o São Caetano, tá rebocado: O Barradão não é mais aquele. Mesmo assim, a torcida só sai no lixo, gente lembra os piores momentos **Por James Martins**

Vitória 1 x 2 São Caetano

Como cantaria o São Caetano Veloso: Para desentristecer, leãozinho, o meu coração tão só, basta eu encontrar você no caminho. Mas a torcida rubro-negra, no fundo, já está acostumada a ver o bolo desandar a dois passos (ou pontos) do paraíso. O Vitória também é o time da virada. Mas da virada dos outros. O time vencia até os 43 minutos do 2º tempo e acabou levando dois gols no cocuruto, perdendo a chance de garantir a subida para a Série A. Agora depende de resultados alheios. Os torcedores que passam pelo Largo do Tanque deparam-se com uma estranha placa: subida por São Caetano interdita.

Vitória 2 x 4 Colo-Colo

Mas se engana quem pensa que a amarelada do nego em casa é

coisa nova. Em 2006, a equipe tetracampeã baiana foi devorada pelo Tigre de Ilhéus com lixão e tudo. Vale a pena lembrar que o Vitorinha, que só dependia de uma vitorinha simples para garantir o penta, saiu na frente logo aos cinco minutos e ampliou o placar aos 11. Daí em diante, foi só cacau. Ou melhor: chocolate. O Colo-Colo deitou e rolou no Barradão e, mais uma vez, deixou a fiel torcida chupando o dedo. Sem colo-colo de mãe para se consolar.

Vitória 1 x 2 Bahia de Feira

E por falar em penta frustrado, exatamente cinco anos depois, o Leão conquista mais um vice-pentacampeonato baiano para a sua galeria de vexames em casa. Aliás, se dependesse do Bahia, o

Leão já era deca (não confundir com o vaso sanitário). Dessa vez, quem mandou no Barradão foi o Bahia de Feira, provando que genérico pode ser melhor que o original. A fábula se repete: Vitória, jogando pelo empate, sai na frente, a torcida se empolga e... já sabe!

Vitória 1 x 2 Baraúnas

Solete comigo B-A-R-A-Ú-N-A-S (acento agudo no U). Quem? Pois foi esse anônimo do futebol mossoroense que desclassificou o Vitória na segunda fase da Copa do Brasil em 2005, em pleno Barradão, para variar. Nessa, até Binha de São Caetano ficou com pena do rival. A berra da verdade, dessa vez a situação não era assim tão favorável: precisava vencer por dois gols de diferença. Mas o Rubro-negro abriu o placar só para ter o gostinho de deixar o outro time virar. Humilhação. Mas amanhã, fora de casa, o Vitória vai ganhar o ASA e voltar a disputar vices na Série A.

**Buraco da Embasa**

Uma leitora afirma que está impossibilitada de passar da Rua Pedro Américo para a Avenida Joana Angélica devido a este buraco. A singela cratera foi deixada pela Embasa após obra numa tubulação. Cadê a Sucop?

**Expediente**

Publisher Mário Kertész
Diretor Executivo Chico Kertész
Editora Coordenadora Larissa Oliveira
Editora Ana Carolina Araújo
Projeto Gráfico Marcelo Kertész
Editor de Arte Paulo Braga
Editor de Fotografia Geraldo Melo
Diagramação Dimitri Argolo Cerqueira
Ilustração Sidney Falcão
Produção Sara Regis
Redação Aline Castelo Branco, Clarissa
redacao@jornaldametrople.com.br

Fechamento da edição 19h30

Pacheco, Erick Issa, James Martins e Mariele Góes.
Revisão Cristiane Sampaio
Fotos Dário Guimarães Neto e Manuela Cavadas
Produção Gráfica Evandro Brandão
Comercial (71) 3505-5022
comercial@jornaldametrople.com.br
Grupo Metrôpole
Rua Conde Ferreira Carneiro, 226
Pernambuco CEP 41100-010
Salvador, BA. tel.: (71) 3505-5000
Uma publicação da Editora K&S

Pontos de distribuição**Pontos fixos**

Farmácia Santana
Charme Charme
Iguatemi 1º piso
Salvador Shopping
Cajastara
Cemitério
Avenida Manoel Dias da Silva
Itapá
Praça da Piedade
Vilas do Atlântico
Graça
Pontos Metrôpole Bonocó, Rodoviária, Oguçuá
Subway (Barra)
Shopping Tricente (avenida ACM)
Banca da Luz (Caminho de Areia)
Restaurante Manah (CAR)

Giramar do Turismo (Barra)
Banca Paulo VI (avenida Paulo VI)
Terminal Rodoviário de Salvador
Supermercado GB Barbosa (Costa Azul)
Ururus (Luzia e Tancredo Neves)
Delicatessen Pão e Mais (Itapá)
Restaurante Novo Moreira (Centro)
Distribuição de rua (Costa Azul)
Cruzamento V, da Gama x Garibaldi
Sinaleira do Largo da Mariquita
Avenida Tancredo Neves
Sinaleira sv&CM (Igatuem)
Sinaleira do Hipercentro
Sinaleira do Campo Grande (CAR)

Praça da Piedade
Praça Municipal
Sinaleira Manoel Dias da Silva (praça Nossa Senhora da Luz)
Sinaleira Jardim das Memórias
Sinaleira AS&AC x Bompreço
Sinaleira da av. Tiradentes (infim)
Praça Inclinação (Liberdade)
Sinaleira do Restacento (Praça)
Sinaleira das Gardínia (Cedica)
Sinaleira Largo das Balanças (maralnia)
Sinaleira do Shopping Galvo (Embau)
Sinaleira da Seréia (Itapá)

ANEXO 3



São uma molecadinha

DH, o vocalista da banda Cine, dizendo que o perfil do seu público é mais velho que o do Restart, pois tem entre 14 e 20 anos. Hein?

que p...
é essa?



Cômico, se não fosse trágico

Satirizando a situação de insegurança pública na cidade e no Estado, o engraçadinho fez uma intervenção na placa deste ponto de ônibus. A ideia é boa, mas a situação de insegurança que vive a cidade enfrenta todos os dias não tem graça nenhuma...

Donos da rua

A imagem acima foi registrada na Rua Pintassilgos, Imbuí. Os moradores (ou não) estão estacionando os carros literalmente no meio da rua, é claro, por conta própria. Somados aos já estacionados nas laterais, a coisa vira o caos. Manobrar vira missão impossível. A reportagem do **Jornal da Metrópole** esteve por lá no período da tarde e um pintassilgo verde nos contou que de noite é ainda pior.

Sugestões para quepeessa@jornaldametrople.com.br

CHARGES

www.radiometropole.com.br/charges

NÃO-ALIADOS COM CARGOS DE CONFIANÇA TAMBÉM CONTRIBUEM COM "DÍZIMO" NO PDT/BA



SALVADOR, 25 DE NOVEMBRO DE 2011

3

Fonte: cidade@jornaldametrople.com.br

ANEXO 4

cidade
cidade@jornaldametrople.com.br

Baiano milionário

Um baiano levou a bolada de mais de R\$ 5 milhões, sorteada pela Mega-Sena em 19/11. O sortido acertou sozinho as dezenas 1-18-19-33-43-60. Em 13 anos, é a sétima vez que o prêmio sai para um soteropolitano.



Campeã do abandono

Salvador é a segunda cidade brasileira em número de moradores de rua e não há projetos concretos para a questão

A terceira capital brasileira em número de habitantes ostenta, também, uma das três primeiras posições em outro ranking: a de número de pessoas vivendo em situação de rua. Segundo levantamento feito em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Salvador tem 3.289 moradores de rua, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, com 4.585, mas ultrapassando Fortaleza, Santos e Goiânia, por exemplo.

Três anos após a pesquisa, o número já chega a quatro mil, segundo estimati-

va do Movimento da População de Rua da Bahia (MPRE), fundado em 2010. Já o dado da Prefeitura Municipal de Salvador, com base em pesquisa de 2009, diz que há de 2.800 a três mil pessoas nesta situação. Me pergunto onde estão morando os outros?, ironiza a coordenadora do movimento, Maria Lúcia Pereira.

A preocupação tem fundamento. A cidade, que será uma das 12 sedes da Copa do Mundo Fifa de 2014, vem discutindo soluções para a situação dos moradores de rua. Hoje, são apenas quatro casas de acolhimento: o Albergue Noturno, a

Casa de Pernoite, o Centro de Integração Social (no Largo de Roma), com capacidade para atender, juntas, 230 pessoas, e o Centro de Triagem Adulto, na Baixa dos Sapateiros, que pode receber até 40 adultos diariamente.

Ou seja, há vagas para cerca de 6% das pessoas em situação de rua em Salvador. Os outros 93,25% arriscam-se diariamente sob marquises, em prédios abandonados e com riscos de desabamento, dormindo em pedaços de papelão ou sobre colchões improvisados e sem assistência social.

Fotos **Darío Guimarães**
Texto **Clarissa Pacheco**
clarissa.pacheco@jornaldametrople.com.br

ANEXO 5

Biblioteca para Lamarão

A Paróquia de Sant'Ana, em Nazaré, recebe doações de livros e materiais para a instalação de uma biblioteca em Lamarão. A cidade, a 182 km de Salvador, ficou com o segundo pior Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IDM).

Profissão: flanelinha

Os flanelinhas da Barra foram orientados a regularizar a profissão como guardadores de veículo. A legalização, proposta pelo Sistema Integrado de Administração Regional da Barra, quer impor limites para a cobrança aos motoristas.

cidade

cidade@jornaldametropole.com.br



Salvador só tem
alojamento para 6%
dos moradores de rua

SALVADOR, 25 DE NOVEMBRO DE 2011

5

ANEXO 6

cidade

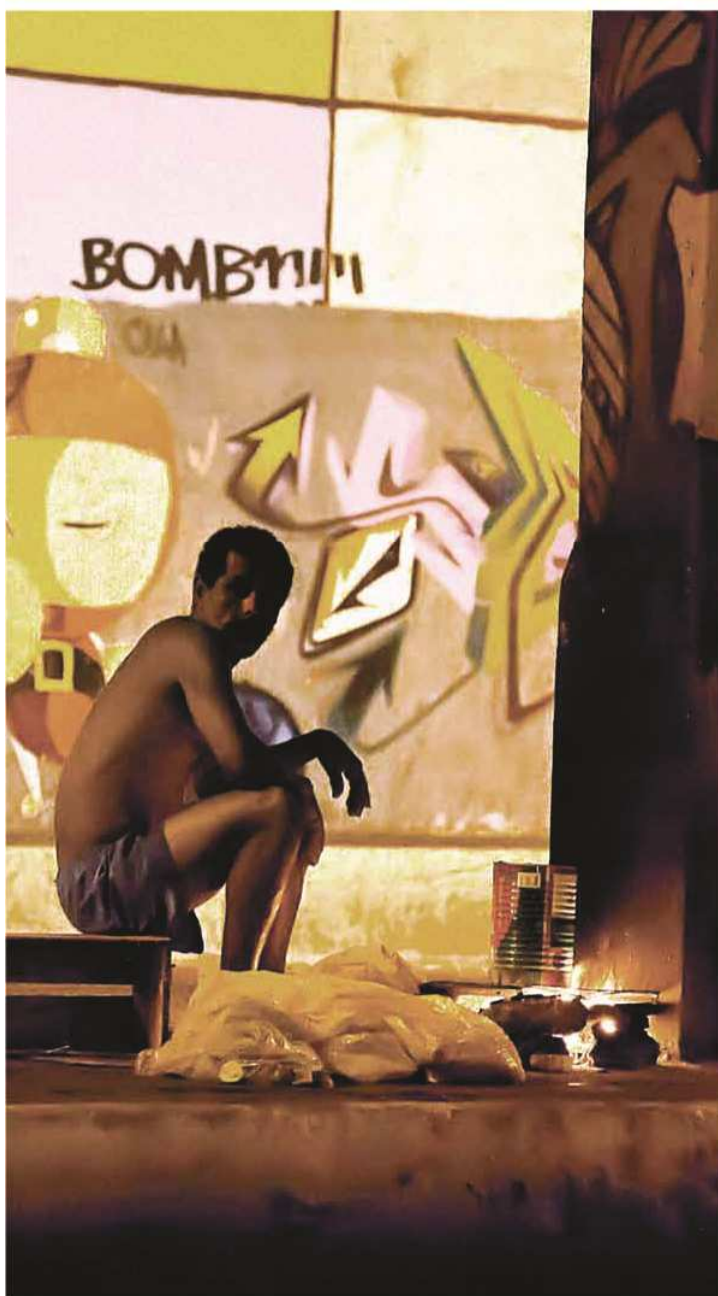
cidade@jornaldametropole.com.br

Vítimas das chuvas

A Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão (Setad) está recebendo doações para as vítimas das chuvas no Abrigo Dom Pedro II e no Esporte Clube Periperi. Informações pelo 3176-7004 e soschuva@gmail.com.

Concurso público

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está com edital aberto do concurso para os cargos de técnico judiciário (nível médio) e analista judiciário (nível superior). Inscrições até 22/12 no site www.consulplan.net.



6

Eventos esportivos

A preocupação dos organizadores do evento com a presença dos moradores de rua vem sendo discutida em seminários e encontros estaduais e municipais. Entre as especulações está uma higienização da cidade remoção forçada dos moradores de rua, como costuma acontecer às vésperas do Carnaval.

O titular da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão (Setad), Oscimar Torres, diz que o prazo para o envio de projetos e orçamentos da Copa é 31/12/2011 e que as ações terão início em breve. Uma delas é a implantação do segundo Centro de Referência Especializado de Atendimento à População em

Situação de Rua (Creas POP), na Rua J. J. Seabra, Baixa dos Sapateiros, onde há alta concentração de moradores de rua. Outro centro foi implantado em julho deste ano, no Largo de Roma. As unidades são geridas pelo município com verbas federais.

Para a Copa do Mundo, a Setad prevê programas de acolhimento e distribuição de moradias por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, além da disponibilidade de postos de trabalho na Arena Salvador para moradores de rua. Hoje, 56 moradores estão no programa: 25 empregados na Arena e 88 em capacitação profissional. Perto dos quatro mil que estão na rua, quase nada.



Escadarias de igrejas estão entre os locais preferidos pelos sem-teto

SALVADOR, 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Fonte: cidade@jornaldametropole.com.br

